

# MP quer que 29 arguidos do processo Tutti Frutti devolvam mais de 580 mil euros ao Estado

written by O Cidadão | 4 de Fevereiro, 2025



O Ministério Público (MP) quer recuperar para o Estado mais de 580 mil euros, resultantes da prática dos crimes imputados a 29 arguidos acusados no processo Operação Tutti Frutti.

***“Os arguidos obtiveram vantagens patrimoniais indevidas, para si e para terceiros, à custa do erário público, diretamente resultantes da prática dos crimes (...). Tais quantias deverão reverter a favor do Estado”***, defende o MP na acusação no ponto sobre perda das vantagens do crime, no âmbito do qual quer ver restituídos aos cofres do Estado **588.135,10 euros**, exigidos a 29 arguidos particulares e empresas.

O MP quer também ver declarados perdidas a favor do Estado as quantias apreendidas a três arguidos: 2.000 euros, em numerário, apreendidos a **Nuno Firmo**, que foi vogal na Junta de Freguesia de Santo António, em Lisboa; 1.640 euros a **Pedro Rodrigues**, jurista, militante do PSD e ex-presidente da JSD; e 6.680 euros a **Paulo Quadrado**, militante do PSD, antigo membro do Conselho Nacional do partido, ex-presidente da Junta de Freguesia da Graça e assessor da vereação PSD na Câmara Municipal de Lisboa e do grupo municipal do partido na Assembleia Municipal de Lisboa.

A **Sérgio Azevedo**, antigo deputado e líder da representação do PSD na Assembleia Municipal de Lisboa entre 2013 e 2017 por exemplo, são reclamados mais de 123 mil euros.

A **Carlos Eduardo Reis**, deputado do PSD, e à empresa Ambigold são reclamados quase 211 mil euros; a Nuno Firmo e à empresa Valley Innovation mais de 110,5 mil euros.

A **Luís Newton**, presidente da Junta de Freguesia da Estrela, em Lisboa, e deputado do PSD, o MP reclama a devolução de mais de 14,6 mil euros e ao vereador Ângelo Moreira, do executivo lisboeta liderado por Carlos Moedas, a devolução de cerca de 600 euros, “relativo aos custos da viagem proporcionada pela INFORMANTEM”.

**José Guilherme Aguiar**, atualmente vereador eleito pelo PS na Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, deve ser obrigado a restituir 3.690 euros, defende o MP, relativos à celebração de contratos-programa de desenvolvimento desportivo entre a autarquia e clubes em benefício da Ambigold, empresa tutelada pelo também arguido e deputado do PSD Carlos Eduardo Reis.

O MP pede que os arguidos sejam condenados ao **“pagamento destes valores e de todos os demais que venham a ser apurados em julgamento e que decorrem dos factos descritos na acusação como vantagem económica direta ou indiretamente resultante de tais factos”**.

Os arguidos no processo são, genericamente, acusados de crimes de corrupção ativa e passiva, prevaricação, branqueamento de capitais, falsificação, entre outros.

A operação denominada ‘Tutti Frutti’ investigou desde 2018

alegados favorecimentos a militantes do PS e do PSD, através de avenças e contratos públicos, estando em causa suspeitas de corrupção passiva, tráfico de influência, participação económica em negócio e financiamento proibido.

*OC/LUSA/MP*

*Foto: Jens Wolf/Lusa – direitos reservados*